

ANTONIETA DE BARROS

BORGES, Caroline. Quinze anos antes de se tornar lei no Brasil, Antonieta de Barros criou o Dia do Professor em SC, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/10/15/quinze-anos-antes-de-se-tornar-lei-no-brasil-antonieta-de-barros-criou-o-dia-do-professor-em-sc.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

NUNES, Carla Leonora Dahse. Antonieta de Barros: Uma história. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH Programa de Pós Graduação em História, Florianópolis, pag. 96 – 141. 2001.

VÔLEI, Leila do. Artigo: Por mais mulheres na política, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/03/08/internas_opiniao,832829/artigo-por-mais-mulheres-na-politica.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Kárita Ferraz das Chagas, Professora de Língua Portuguesa – IDEAL, Brasília. 2021

Antonieta de Barros é protagonista no cenário político de Santa Catarina, sendo a primeira deputada eleita na Assembleia Legislativa do Estado catarinense, em 1934. A atuação de Antonieta se destacou em um estado que pouco se observou movimentos consistentes pró-sufrágio feminino. Tal acontecimento ainda se mantinha distante da realidade da maioria das mulheres negras da época. A parlamentar catarinense nasceu na antiga Desterro, atualmente Florianópolis.

Representa uma figura de enfrentamento contra os estereótipos relacionados à etnia, gênero e classe social da época, mesmo que não intencionalmente. Desenhando a partir da própria trajetória o início da caminhada nacional em prol de um país mais democrático. As conquistas da deputada convergem até os dias atuais para leis que beneficiam a participação de outras mulheres na política, mesmo com uma atuação tímida, exatos 12,32 %, cerca de 70 mil cargos eletivos; de acordo com Mapa da Política de 2019, elaborado pela Procuradoria da Mulher no Senado.

Importante ressaltar que a aparente não atuação das mulheres tem influência direta da estruturação do país, baseada na identidade de privilégio masculino neste campo, somado ao direcionamento intencional de não integração e incentivo pela participação feminina desde os tempos mais tenros. Salvo a luta incessante de mulheres como Antonieta Barros, que cravaram sua marca em solo político brasileiro com grandes esforços, na disputa dos cargos no gerenciamento do país.

Tal ideologia estruturada socialmente, mais especificamente no campo político, retoma o equívoco de que “política é coisa de homem”, e as poucas mulheres que enfrentaram essa fixação encontram-se deslocadas, melhor dizendo, parecem estar fora da sua atuação natural, que é identificada dentro dessas ramificações de pensamentos excludentes como a figura que é responsável pelo lar e família.

A história de Antonieta está praticamente submersa na descrição da história de Santa Catarina, ainda que seus feitos sejam dignos de notoriedade e referência. O apagamento da história de tantas mulheres, assim como de Antonieta, que engrenaram a construção do país, promovem sérios questionamentos, e sugerem o aprofundamento das possíveis causas pertencente às questões de etnia, gênero e classe social.

A vida política de Antonieta de Barros se inicia na década de trinta, sendo também cronista, jornalista, professora de língua portuguesa e de psicologia. As mulheres foram mais ativas nesse período, logo após o Decreto que aprovou o voto feminino, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, em fevereiro de 1932, resultado do processo sufragista brasileiro. Sua história de vida foi desenhada tendo como pano de fundo as narrativas da cidade de Florianópolis, tendo como principais objetivos a garantia do direito ao voto e educação de qualidade para meninas. Logo após a Constituição Federal Brasileira garantir o direito de mulheres votarem no pleito de 1934, Antonieta Barros é eleita Deputada pelo Partido Liberal Catarinense (PLC), ocupando novamente o cargo em 1947.

A novidade que levaria mais mulheres para o espaço político, inicialmente veio pelo Decreto, não assegurava somente o voto feminino, como

também o voto secreto, e a redução da idade dos eleitores de 21 para 18 anos. Tal realização não veio facilmente, sendo conquistada após anos de difíceis diálogos. O estado do Rio Grande do Norte já admitia a presença de mulheres na cena política desde 1927, diferente dos demais Estados da Federação.

Os atos das feministas no Brasil, assim como as primeiras manifestações pelo direito feminino, antecederam o advento da República (1889). Todavia, não encontraram espaço para a circularidade em Santa Catarina, que além de não manifestar mobilização a favor do voto feminino, integrava apenas figuras masculinas nos cargos de liderança, como Aderbal Ramos da Silva, Marcos Konder, entre outros.

Em análise da pesquisadora e professora Jeruse Romão, ela destaca o não reconhecimento dessa evidente figura feminina no cenário brasileiro, sugerindo ainda que, se não em solo nacional, mais adentro, no próprio estado que não integrou ao movimento sufragista, receberia justo destaque por suas contribuições: *“Ela é um ícone. Se ela tivesse nascido fora do Brasil, seria um ícone mundial, mas como nasceu no Brasil que é um país racista, é preciso lutar muito para que ela seja vista como representação na política para todos e não só pessoas negras”*.

Outro marco importante de sua trajetória foi a criação do Dia do Professor em Santa Catarina. Comemorado em 15 de outubro, quinze anos antes de se tornar lei no país. O decreto federal sobre a data comemorativa só foi assinado em 1963 como projeto de lei por João Goulart: *“Não há quem não reconheça, à luz da civilização, o inestimável serviço do professor”*. - Trecho extraído do projeto de lei.

A educação foi um solo fértil para Antonieta Barros que produziu o livro *Farrapos de Ideias*, em uma coletânea de crônicas que eram escritas para jornais de Florianópolis, sendo o *Jornal República* e *O Estado* o de maior circulação da obra. O livro foi publicado em 1937 e, contou com reedição em 1971 e 2001. A criação da primeira edição foi com o intuito de arrecadação de fundos para a construção da escola Preventório, atualmente se chama Educandário Santa Catarina, “[...] destinaria a abrigar crianças, filhas de pais portadores de Hanseníase internados na então Colônia Santa Tereza.”, afirma Carla Nunes, pós-graduada em História pela UFSC.

Iniciativas na educação que privilegiavam comunidades pobres foi um dos focos de Antonieta: *“Ela tem muitas falas importantes para a educação. Sempre defendeu as crianças e os jovens, e os pobres. Ela inclusive traz, pioneiramente, a perspectiva da educação como um direito humano”*, confirma Jeruse.

A pesquisadora Joana Maria Pedro também obteve compreensão similar em suas pesquisas: *“[...] no século XX as mulheres da elite passaram a exercer uma ‘missão irradiadora’. De educadora dos filhos passaram, também, a serem transmissoras de cultura na sociedade. Além de mães carinhosas e dedicadas, passaram a figurar como ‘beneméritas’ e protetoras dos pobres.*

A segunda edição veio em 1971, a obra serviu como homenagem póstuma a Leonor de Barros, irmã de Antonieta, que completaria 70 anos. Nessa mesma época fundou a própria escola, atuando como professora para adultos e moradores carentes da região. Uma das escolas que atuou leva seu nome como homenagem. O valor de arrecadação do livro foi oferecido à direção da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, destinado para a construção da sede própria, chamada Ginásio Antonieta Barros, expressando seu afeto sincero pela irmã na introdução do livro: *“Com este meu gesto, quero prestar a homenagem da minha saudade àquela que me foi a Irmã, a Amiga e a companheira de todas as horas [...].*

A terceira edição foi lançada mais recentemente em 2001, durante comemorações ao centenário de nascimento de Antonieta de Barros. Contando com distribuição em escolas públicas catarinenses. Segundo declaração da comissão encarregada pelos eventos comemorativos do centenário da autora: *“[...] também será doada para estudantes, pesquisadores, historiadores e instituições governamentais e não governamentais afinados com as causas educacionais e culturais”.*

A autora reúne um grande número de crônicas, tendo dezenas de outras escritas em diferentes jornais de Florianópolis, não constando em nenhuma das três edições do livro. Fato importante é que a autora assinava aos jornais com o pseudônimo Maria da Ilha, comentando sobre temas que intercalavam educação e princípios morais e cívicos, também sobre política; especialmente

quanto a postura ausente das autoridades sobre a falta de aprimoramento da educação feminina. Assim como alguns outros, como as principais revoluções do país e no mundo nos anos agitados da década de trinta, e as campanhas de anti-analfabetismo.

Apesar de ter iniciado no jornalismo como cronista no ano de 1929 na Folha Acadêmica e República, entre os anos de 1934 à 1945, poucos textos foram efetuados, encerrando suas atividades em 1951, pouco antes do seu falecimento. As possíveis causas da descontinuidade de produção textual foi advento das responsabilidades Parlamentares. Outro fator direto foi o fechamento das Assembleias Legislativas por ato de Getúlio Vargas em 1937, quando assumiu a Direção do instituto Dias Velho. Seu nome foi cotado no Centro Catarinense de Letras, fundado em 4 de janeiro de 1925, também foi a primeira secretária da Liga do Magistério.

Antonieta de Barros segue sendo homenageada até os dias atuais pela sua marcante participação na história do Brasil: *“O rosto de Antonieta foi estampado em mural de 32 metros, na Rua Tenente Silveira, no Centro de Florianópolis. Todos os dias centenas mulheres, homens, crianças e adolescentes, idosos a enxergam nos passeios do Centro”*. Segundo fontes do G1.